



A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA INTERNET E O PROBLEMA DA EXCLUSÃO¹

*Cristiana Serra*²

Resumo: Discute-se o problema da exclusão e o processo de apropriação social das recentes tecnologias de comunicação e informação. É certo que a Internet abre perspectivas de participação até então inusitadas. No entanto, não podemos deixar de considerar que a emergência do ciberespaço também vem gerando novos mecanismos de exclusão, uma vez que uma grande parcela da população não tem acesso às inovações tecnológicas. Nesse sentido, é preciso avaliar tanto as potencialidades da tecnologia, como a extensão desses avanços potenciais na vida das pessoas. O acesso à rede não só é restritivo no plano econômico, mas, sobretudo, no que diz respeito ao nível educacional. Argumenta-se que garantir, nas escolas, a conexão à Internet é uma condição necessária, mas não suficiente para assegurar uma participação mais democrática e uma maior igualdade social.

Palavras-chaves: Internet, ciberespaço, tecnologia, exclusão, democratização.

A dicotomia entre apocalípticos e integrados tão bem definida por ECO (1987) costuma permear o discurso sobre os meios de comunicação. Esta polarização também se faz presente nas reflexões mais recentes sobre as tecnologias digitais de comunicação e informação. Ao mesmo tempo em que são excludentes para uma grande parcela da população, elas trazem, potencialmente, novas perspectivas de inclusão e participação social. Cada um desses aspectos é ressaltado, em detrimento do outro, conforme a posição adotada seja mais pessimista ou otimista. Dessa forma, os críticos sociais, normalmente, caem no equívoco de tentar combater a cegueira com a miopia.

O pensamento complexo³ assume a associação de noções (ou tendências) contraditórias para conceber um mesmo fenômeno. A perspectiva da complexidade parece

¹ Trabalho apresentado no NP11 – Núcleo de Pesquisa Comunicação Educativa, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.

² Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e dos cursos de Jornalismo e Hipermídia da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC).



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

ser mais adequada para interpretar a sociedade contemporânea e, aqui especificamente, para analisar o estado atual de desenvolvimento da Internet e os processos políticos, culturais e sociais de disseminação e incorporação desta tecnologia.

Precisamos observar a distância fundamental entre a avaliação das potencialidades tecnológicas e a verificação da extensão desses avanços potenciais na vida das pessoas. É nesse sentido que devemos nos perguntar em primeiro lugar: “O que podemos fazer?”. E, em seguida, contrapor com uma outra questão: “O que realmente temos direito de esperar?”.

Antes de tentar responder a esses questionamentos, faz-se necessário uma breve reflexão sobre a relação entre tecnologia, Estado e sociedade. Não podemos deixar de considerar que a promoção, a velocidade e a orientação da mudança tecnológica dependem das trajetórias históricas, dos contextos culturais e dos diferentes ambientes institucionais de cada sociedade. Políticas governamentais deliberadas tanto podem acelerar, como retardar o desenvolvimento da tecnologia e a sua apropriação social, contribuindo para reforçar os padrões de dominação, ou conduzindo a processos de democratização. O argumento desenvolvido por Castells, em sua análise sobre a sociedade informacional, é crucial para a compreensão desta relação:

“...embora não determine a tecnologia, a sociedade pode sufocar seu desenvolvimento principalmente por intermédio do Estado. Ou então, também principalmente pela intervenção estatal, a sociedade pode entrar num processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem-estar social em poucos anos.” (CASTELLS, 1999, p.26)

³ Ver MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: **Para navegar no século XXI**. MARTINS, Francisco Menezes, SILVA, Juremir Machado (org.). Porto Alegre: Sulina/Edipurcs, 1999.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

É certo que há uma planetarização e generalização do acesso às tecnologias de comunicação e informação, que contribui para amenizar o defasamento tecnológico entre os diversos povos. No entanto, isso não representa, normalmente, uma oportunidade de desenvolvimento e maior participação nas decisões econômicas. Em larga medida, o que se observa é uma acentuação das disparidades já existentes e o abismo entre as nações ricas e pobres.

“Embora os segmentos predominantes de todas as economias nacionais estejam ligados à rede global, segmentos de países, regiões, setores econômicos e sociedades locais estão desconectados dos processos de acumulação e consumo que caracterizam a economia informacional/global.” (CASTELLS, 1999, p.120)

É importante ressaltar que, mesmo não abrangendo todos os territórios e excluindo parcelas significativas da população — não apenas nas economias marginalizadas, mas também nas mais centrais —, o novo sistema tecnológico — que constitui a base material para a nova ordem econômica — afeta, direta ou indiretamente, toda a humanidade, tanto por inclusão, como por exclusão.

“Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico.” (CASTELLS, 1999, p.26)

O raciocínio empregado em relação às sociedades, no que se refere ao domínio das novas tecnologias e à conexão à economia global, pode ser aplicado aos indivíduos em particular. O acesso e o grau de fluência na utilização da rede tornam-se elementos decisivos para a vida produtiva no novo sistema econômico e para o exercício eficaz da cidadania. CASTELLS (1999, p.393) destaca o surgimento de duas categorias: os “interagentes” e os “receptores da interação”, ou seja, “...aqueles capazes de selecionar seus circuitos multidirecionais de comunicação e os que recebem um número restrito de opções pré-empacotadas”. Podemos ainda distinguir uma terceira categoria, a dos “totalmente excluídos”, que corresponderia àqueles que não têm qualquer possibilidade de interação, mesmo em sua forma passiva.

Segundo Castells, os “interagentes” ocupam e continuarão ocupando uma posição privilegiada na sociedade informacional em relação aos integrantes das demais categorias. Os primeiros usuários — pertencentes a uma elite cultural — apropriam-se da tecnologia e a redefinem, delineando, portanto, seus usos futuros.

“... a utilização dos praticantes de sua primeira onda é que formará os hábitos comunicativos da CMC⁴. Ela desempenhará papel cada vez mais decisivo na formação da futura cultura, e, progressivamente, as elites moldadoras de seu formato desfrutarão de vantagens estruturais na sociedade emergente.” (CASTELLS, 1999, p.383)

O que podemos fazer?



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Em que medida as práticas comunicacionais instauradas pelo e no ciberespaço diferem dos modelos de comunicação anteriores? A resposta desta pergunta nos permitirá, ou não, alimentar as promessas de democratização que muitos projetam na rede.

Os meios impressos e eletrônicos — que dão origem à chamada comunicação de massa, cuja expressão maior é a televisão — constituem um sistema tecnológico de comunicação de mão-única, que pode ser caracterizado pelo modelo “UM-TODOS”, no qual um centro editor e transmissor emite mensagens para uma massa indiferenciada de receptores isolados uns dos outros. A televisão é, sem dúvida, um meio que agrega e produz comunhão, uma vez que várias pessoas compartilham, ao mesmo tempo, as mesmas mensagens. No entanto, a sinergia e o contexto comum são estabelecidos pelos centros emissores. O dispositivo não oferece a possibilidade de interação entre os receptores e destes com o meio. É importante esclarecer que a falta de reciprocidade não deve ser confundida com uma recepção passiva, no que diz respeito à interpretação da mensagem, visto que cada um atribui seus próprios significados, mas está relacionada, sobretudo, à limitação do poder de intervenção nos conteúdos veiculados.

O telefone e o correio tradicional são sistemas de comunicação ponto a ponto e podem ser enquadrados no modelo “UM-UM”. A comunicação é estabelecida de sujeito a sujeito, e as mensagens podem ser trocadas de forma interativa e recíproca. No entanto, esse esquema não permite a formação de uma esfera pública, ou seja, um contexto comum, partilhado por muitos.

O ciberespaço é um dispositivo de comunicação original — qualitativamente diferente dos meios de comunicação anteriores — do tipo “TODOS-TODOS”. A rede é um espaço interativo, público e comunitário.

As mensagens enviadas para uma lista de discussão, por exemplo, são recebidas por todos os integrantes e comentadas por alguns. Como as listas são, geralmente, temáticas, as mensagens não são dirigidas a uma pessoa, mas a todo o grupo e referem-se ao tema em questão. No entanto, os participantes também costumam responder uns aos outros, já que os e-mails são assinados.

⁴ Comunicação Mediada por Computadores



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

“Como todas as mensagens são registradas, sedimenta-se assim progressivamente uma memória, um contexto do grupo de discussão. Cabe salientar que essa memória, esse contexto comum, em vez de vir de um centro emissor Todo-Poderoso, emerge da interação entre os participantes.”
 (LÉVY, 1999b, p.207).

O mesmo princípio está presente na concepção da World Wide Web (WWW), uma vez que cada indivíduo pode publicar sua página web, tornando-a virtualmente acessível para qualquer pessoa em qualquer parte do planeta. A confecção do ciberespaço — que nada mais é do que um imenso hipertexto planetário — é, portanto, um processo de construção coletiva, a partir das diversas contribuições individuais e da interação entre seus usuários.

Muitos rejeitam a idéia de uma comunicação “de todos para todos”, sob a alegação de que esta não é possível pelo simples fato de que nem todos têm acesso à rede. No entanto, o modelo “TODOS-TODOS” deve ser entendido como metáfora para caracterizar uma especificidade do suporte técnico. Outro equívoco bastante comum é achar que todo o conteúdo pode ser acessado, uma vez que está virtualmente disponível. Pierre Lévy desconstrói esse segundo argumento, empregando o conceito de “universal sem totalidade”⁵. Ele diz que “...a emergência do ciberespaço não significa de forma alguma que ‘tudo’ pode enfim ser acessado, mas antes que o Todo está definitivamente fora de alcance” (LÉVY, 1999a, p.161).

Embora também englobe as diversas (e mesmo as antigas) mídias (jornais, rádios, TVs, jogos eletrônicos, livros, etc.), na Internet, a difusão e a seleção de informações não dependem, necessariamente, de instâncias mediadoras, como os próprios veículos de comunicação, editoras, gravadoras, centros de pesquisa, entre outras. Qualquer

⁵ Ver LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999, capítulo 6, p.111-121, “O universal sem totalidade, essência da cibercultura”.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

tipo de mensagem (texto, música, vídeo, fotos, pinturas, etc.) pode tornar-se pública sem a mediação de um centro emissor. Segundo Ismar Soares, essas transformações:

“...tanto ampliam o poder de intervenção dos denominados produtores culturais alternativos ou independentes, quanto abrem perspectivas de participação para os assim chamados ‘consumidores’ ou ‘usuários’ da indústria da informação da cultura, como, por exemplo, os educadores e seus alunos.” (SOARES, 1995, p.42)

Além da oportunidade de também assumirem o papel de produtores, os usuários têm a possibilidade de escolher as informações que lhe interessam em um universo muito mais amplo e diversificado, sem passar pelos filtros tradicionais. No entanto, resta saber quais são os desdobramentos políticos e culturais desta “...situação de desintermediação” (LÉVY, 1999b, p.209).

O que realmente temos direito de esperar?

A arquitetura da rede, resultante de sua concepção original para fins militares e de sua apropriação sociocultural nos últimos anos, impede possíveis tentativas de censura ou gestão centralizada, limitando drasticamente restrições governamentais ou comerciais ao livre acesso e à abertura do sistema. No entanto, os poderes instituídos vêm gradativamente ocupando o ciberespaço e a desigualdade social também se faz presente no ambiente eletrônico. LÉVY (1999b, p.205), mesmo com todo seu otimismo, afirma que “...entregue a sua inércia histórica, o fenômeno de interconexão em curso reforça naturalmente a centralidade — logo, o poder — dos centros intelectuais, econômicos e políticos já estabelecidos”.

Assistimos, com uma frequência cada vez maior, à duplicação do território institucional no ciberespaço. Publicações impressas tradicionais, bancos, universidades, museus e a própria mídia televisiva migram para rede, trazendo consigo a credibilidade já consolidada. Mais recentemente, temos presenciado a proliferação dos chamados portais, que, sob a promessa de orientar o usuário em meio ao excesso de informação, acabam sendo uma ameaça ao espírito de errância que sempre caracterizou a navegação na rede. André Lemos clama a morte simbólica dos “portais-currals”, “que nos tratam como bois digitais forçados a passar por suas cercas para serem aprisionados em seus calabouços interativos”, e alerta:

“O limite da emissão sempre foi o que deu poder às mídias clássicas e agora os Portais, sob a balela de nos ajudar a não nos perdermos nesse mar de dados, nos aprisionam e limitam nossa visão da rede (do mundo?), fazendo fortuna de novos jovens nasdaqianos. Dizem que tudo existe num Portal, e que não precisamos nos cansar em buscar coisas lá fora. Mas quem define o que é tudo? Voltaremos à edição clássica dos conteúdos que fez o quarto poder dos mass media?”(LEMOS, 2000)

Os mecanismos sociais de legitimação e dominação preexistentes também são transpostos para a rede. Seria ingenuidade achar que um fanzine produzido por um estudante universitário possui um peso equivalente ao do caderno cultural do New York Times. Mas, temos de reconhecer que o fato de poderem compartilhar o mesmo espaço público— embora mantenham graus de importância e visibilidade diferenciados— faz da Internet um ambiente plural e democrático ou mesmo anárquico, capaz de incluir diversas formas de expressão, diferentes pontos de vista e interesses conflitantes.

LÉVY (1999b, p.214), pelo menos aparentemente, contradiz o argumento citado acima, ao afirmar que “...na Web, tudo está no mesmo plano. Como dizia um



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

consultor americano a um dirigente da IBM, uma criança encontra-se aí em situação de igualdade com uma multinacional”. Tal argumento, em princípio, parece um tanto falacioso, mas guarda um fundo de verdade. Um garoto de 13 anos certamente confiará muito mais em um site com dicas de jogos produzido por um adolescente da sua idade do que nas informações do site da Nitendo, cujo interesse maior é vender os jogos que eles consomem. Talvez, em casos como esse, a criança e a multinacional possam realmente estar em uma situação de igualdade. No entanto, precisamos ter o cuidado — apesar de muitas vezes ser essa a nossa maior vontade — de não tomar a exceção como regra.

A questão da exclusão

Pierre Lévy defende que os sistemas de comunicação de vocação universal, paradoxalmente, geram exclusão. Assim aconteceu com a invenção do alfabeto, que, ao mesmo tempo, fez surgir o analfabetismo. LÉVY (1999b, p.205) questiona: “Era isso uma razão para ser ‘contra’ o alfabeto ou, ao contrário, para abrir escolas?”. Embora seja até certo ponto válida, a argumentação de Lévy distorce a base da discussão sobre os novos mecanismos de exclusão decorrentes das inovações tecnológicas. Aqueles que identificam a exclusão como um problema não o fazem porque são “contra” a tecnologia, mas justamente por desconfiarem das promessas de democratização e emancipação tão apregoadas pelos mais otimistas, dentre os quais o teórico francês certamente se encontra.

É certo que o movimento de interconexão vem se expandindo exponencialmente. Considerando a história das comunicações, podemos observar que a Internet tem apresentado uma tendência de crescimento muito mais veloz do que qualquer sistema de comunicação anterior. Mas será que a partir dessa constatação é possível sustentar que “...haverá, logo, cada vez menos ‘excluídos’ ”, como afirma LÉVY (1999b, p.204)?

“... esquecemos com facilidade que ainda hoje somente um quarto da humanidade possui um telefone. Ora, essa



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

situação é instável, pois os avanços tecnológicos (satélites de baixa altitude, procedimentos de fabricação de pilhas, etc.) podem diminuir radicalmente no futuro o custo da conexão telefônica nos países pobres.” (LÉVY, 1999b, p.205-206)

Tal raciocínio também não convence. Os avanços nas técnicas agrícolas resultaram em um aumento considerável da capacidade de produção de alimentos, mas nem por isso o custo dos produtos foi necessariamente reduzido, e a humanidade conseguiu eliminar o problema da fome. Soluções técnicas não resolvem questões políticas e culturais.

O acesso à rede não é apenas economicamente, mas, sobretudo, culturalmente e educacionalmente restritivo. É nesse sentido que CASTELLS (1999, p.382) afirma que “...o índice de difusão da CMC interativa dificilmente alcançará o da televisão por um longo período da história”, excluindo, por um bom tempo, a maior parte da sociedade. Do mesmo modo, TAPSCOTT (1999, p.248) argumenta que:

“A nova mídia requer a participação ativa, informada e inteligente do usuário. O padrão de crescimento da televisão não será replicado, porque a compra e o uso da nova mídia são dirigidos especificamente àqueles que são alfabetizados e motivados à participação ativa.”

CASTELLS (1999, p.383) também acredita que:

“em um futuro próximo, o uso da CMC se expandirá principalmente via sistema educacional e alcançará proporções substanciais da população do mundo industrializado: não será um fenômeno exclusivo das



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

elites, embora deva ser muito menos penetrante que a grande mídia.”

As políticas públicas brasileiras na área de educação têm como meta principal colocar computadores nas escolas. Garantir a ligação à Internet é um objetivo secundário ou de longo prazo. Cabe enfatizar que, mesmo sendo uma condição necessária — e dessa forma deveria ser prioritária —, proporcionar a conexão física não é suficiente para assegurar uma participação mais democrática e uma maior igualdade social.

A qualidade da interação, a fluência na tecnologia, a disponibilidade de bons serviços, a motivação e as oportunidades para uma atuação mais participativa também são aspectos estratégicos e definidores de uma melhor posição na estrutura social. Mesmo eliminando a barreira existente entre os que têm e os que não têm acesso às novas tecnologias de comunicação e informação, ainda assim permanece a desigualdade — recorrendo mais uma vez à terminologia de Castells — entre os “interagentes” e os “receptores da interação”.

O processo é cumulativo e funciona como uma espiral descendente. “A pobreza gera o empobrecimento digital que, por sua vez, contribui para o empobrecimento contínuo”, destaca TAPSCOTT (1999, p.249). Para reverter o sentido da espiral, as políticas governamentais e os demais projetos na área educacional devem intervir, principalmente, no tipo de utilização pedagógica da rede e no aproveitamento de suas potencialidades para fomentar um uso emancipador e não criador de novas dependências. Antes, no entanto, é preciso haver uma expansão e democratização da conexão à Internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.
- ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LEMOS, André. **Morte aos portais**. Porto Alegre, jun. 2000. WWW:



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

<http://www.pilula.com.br/morteasportais/index.html>

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999a. 264p.

_____. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: MARTINS, Francisco Menezes, SILVA, Juremir Machado (org.) **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Sulina/Edipurcs, 1999b. p.195-216

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes, SILVA, Juremir Machado (org.) **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Sulina/Edipurcs, 1999. p.19-42

SOARES, Ismar de Oliveira. Tecnologias da informação e novos atores sociais. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n.4., p.41-45, set./dez. 1995.

TAPSCOTT, Don. **Geração digital**: a crescente e irreversível ascensão da geração net. São Paulo: MAKRON Books, 1999. 321p.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002